

Brasil

Política

Finanças

Empresas

Mundo

Agronegócios

Legislação

Opinião

Carreira

u & Últimas

Previsões pioram e indicam avanço do PIB inferior a 1% em 2022

Instituições cortam previsões e cenário vai piorar mais se houver racionamento de energia

Por Ana Conceição, Victor Rezende, Anaïs Fernandes e Marta Watanabe — De São Paulo 15/09/2021 05h01 Atualizado há 6 horas



Sergio Vale, da MB Associados: situação política agravada começa a influenciar em outras variáveis — Foto: Claudio Belli/Valor

Uma nova rodada de revisões indica que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022 pode ficar abaixo de 1%. Ontem, o Itaú Unibanco cortou a projeção para o ano de 1,5% para 0,5%, e a MB Associados, de 1,4% para 0,4%.

Na segunda-feira, o J.P. Morgan havia reduzido a estimativa de 1,5% para 0,9% e, no início do mês, o Banco Fator já tinha estimado avanço de 0,5% para o ano que vem, projeção que está mantida, por ora.

Outras instituições cortaram as projeções, mas ainda esperam pouco mais de 1% de expansão da atividade. Os riscos, contudo, são de baixa. São os casos da XP, que reduziu a previsão de 1,7% para 1,3%, da MCM Consultores, de 2,1% para 1,4%, e da A.C. Pastore, consultoria do ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, que prevê alta de 1,2%. Essas expectativas estão bem abaixo da mediana do mercado. No boletim Focus, do BC, de segunda-feira, a mediana é de crescimento de 1,7% para 2022.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reagiu à queda nas projeções dizendo que o eixo dessas avaliações é "vamos derrubar a economia". E que a piora das previsões são uma tentativa de "rolagem da desgraça" para 2022.

Os economistas têm salientado que seus cálculos não levam em conta um racionamento em 2022 que, se confirmado, pode levar o PIB a um resultado negativo.

Há duas semanas, o resultado abaixo do esperado (-0,1%) do PIB do segundo trimestre sobre o primeiro já tinha provocado uma onda de cortes nas projeções deste e do próximo ano. Até então, as revisões nas projeções de 2022 ocorriam por um menor carregamento estatístico para o ano, além do impacto do aperto monetário e da crise hídrica e energética.

Desde então, o dado de produção industrial de julho veio pior que as expectativas, a inflação de agosto foi a maior para o mês em 21 anos, com acumulado em 12 meses perto de 10%, e houve o 7 de setembro, com os discursos do presidente Jair Bolsonaro ampliando tensões entre os Poderes.

A crise política passou a ser adicionada ao cenário econômico com mais peso, o que somado aos crescentes riscos de falta de energia e a um aperto maior que o esperado nos juros para conter uma inflação em alta, deve colocar a economia em xeque em 2022.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que a revisão no PIB de 2022 foi acelerada pelos eventos da semana passada, com as declarações de Bolsonaro no 7 de setembro e, na sequência, com a divulgação dois dias depois de carta escrita com auxílio do expresidente Michel Temer (MDB).

A carta, na qual o presidente credita as declarações dadas no dia 7 ao "calor do momento", embora tenha sido positiva para "acalmar as temperaturas", mostra que a situação política não vai se resolver no curto prazo, segundo Vale. "O 7 de setembro foi um ápice que a carta de quinta [dia 9] não apaga", diz ele, para quem "o ano que vem parece que está perdido."

A situação política agravada, diz o economista, começa a influenciar em outras variáveis. "Um governo disfuncional como esse que temos não consegue dar soluções adequadas para a questão da energia, que vai afetar tanto atividade quanto preços e tarifas, como já acontece." A inflação acaba se acelerando e deve levar o BC a ser mais agressivo na política monetária.

Em 2022, diz Vale, o país terá mais uma vez uma situação desfavorável dentro do cenário mundial. O FMI ainda tem previsão de crescimento médio mundial de 4,9% para 2022. "Talvez essa estimativa caia para 4,5%. Se a nossa projeção se confirmar, nosso crescimento ficará a uma taxa de um décimo dessa média mundial."

Para o Itaú Unibanco, além de uma taxa de juros bem mais elevada, estimada em 8,25% em dezembro, e 9% no fim de 2022, os fatores que impulsionaram o crescimento deste ano estão se esgotando, como o aumento da mobilidade, que impulsionou o setor de serviços.

E no cenário da instituição a política fiscal será contracionista, mesmo levando em conta o novo programa de transferência de renda estudado pelo governo. "O gasto público primário total deve recuar para nível próximo ao observado em 2019 em termos reais", dizem economistas do banco, que apontam uma esperada queda de preços de commodities em 2022.

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Fator, diz que sua avaliação sobre o desempenho da economia continua a de semanas atrás. "Os juros altos não vão afetar a inflação. Vão cortar demanda e forçar mais repasse de custos. Vai ter mais gente quebrando e o país ficando mais pobre." Ele revisou o IPCA para 8,75% e 4,25% e a Selic para 8,25% e 7,25%, em 2021 e 2022, respectivamente.

Economistas da A.C Pastore apontam o efeito de desaceleração do aperto monetário. "Com a inflação em forte elevação, e um risco muito alto de desancoragem das expectativas, só resta ao Banco Central elevar os juros significativamente acima do nível da taxa neutra, provocando uma desaceleração forte e persistente do crescimento do PIB." No cenário da casa, o IPCA deverá chegar a 8,5%, caindo para 4,5% em 2022. A Selic deve subir a 8%, permanecendo nesse nível por todo o ano de 2022.